

MAIRAN GONÇALVES MAIA JÚNIOR

# SUCCESSÃO LEGÍTIMA

AS REGRAS DA SUCESSÃO  
LEGÍTIMA, AS ESTRUTURAS  
FAMILIARES CONTEMPORÂNEAS  
E A VONTADE

2ª EDIÇÃO

THOMSON REUTERS

REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™

*Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais*  
JULIANA MAYUMI ONO

*Gerente de Conteúdo*  
MILISA CRISTINE ROMERA

*Editorial:* Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Quenia Becker

*Gerente de Conteúdo Tax:* Vanessa Miranda de M. Pereira

*Direitos Autorais:* Viviane M. C. Carmezim

*Assistente de Conteúdo Editorial:* Juliana Menezes Drumond

*Analista de Projetos:* Camilla Dantara Ventura

*Estagiários:* Alan H. S. Moreira, Ana Amalia Strojnowski, Bárbara Baraldi e Bruna Mestriner

*Produção Editorial*  
*Coordenação*  
ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

*Especialistas Editoriais:* Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

*Analista de Projetos:* Larissa Gonçalves de Moura

*Analistas de Operações Editoriais:* Alana Fagundes Valério, Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

*Analistas de Qualidade Editorial:* Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thais Pereira e Victória Menezes Pereira

*Designer Editorial:* Lucas Kfourir

*Estagiários:* Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho

*Capa:* Brenno Stolagii Teixeira

*Adaptação de capa:* Linotec

*Equipe de Conteúdo Digital*  
*Coordenação*  
MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

*Analistas:* Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

*Gerente de Operações e Produção Gráfica*  
MAURICIO ALVES MONTE

*Analistas de Produção Gráfica:* Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

*Estagiária de Produção Gráfica:* Ana Paula Evangelista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Júnior, Mairan Gonçalves Maia

Sucessão Legítima : as regras da sucessão legítima, as estruturas familiares contemporâneas e a vontade / Mairan Gonçalves Maia Júnior.  
-- 2. ed. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2020.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5614-140-4

1. Direito civil - Brasil 2. Direito das sucessões 3. Direito das sucessões - Brasil 4. Sucessão legítima - Brasil I. Título.

**20-39043**

**CDU-347.65(81)**

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Brasil : Direito das sucessões : Direito civil 347.65(81)  
Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

## SUMÁRIO

Agradecimentos.....	7
Prefácio.....	9
Introdução.....	27

### PARTE I

#### O FENÔMENO SUCESSÓRIO: ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS

1. Noções introdutórias: o fenômeno sucessório e o contexto histórico.....	35
1.1. A morte e a (des)continuidade da vida social.....	35
1.1.1. A Antiguidade no Oriente próximo .....	36
1.1.1.1. A sucessão do marido .....	38
1.1.1.2. A sucessão da mulher .....	40
1.1.2. A Antiguidade Clássica: Grécia e Roma .....	41
1.1.2.1. Grécia .....	41
1.1.2.2. Roma .....	45
1.1.2.2.1. A estrutura familiar .....	45
1.1.2.2.2. As regras de sucessão.....	47
1.1.2.2.2.1. A Lei das XII Tábuas.....	48
1.1.2.2.2.2. Os éditos dos Pretores .....	51
1.1.2.2.2.3. A Codificação de Justiniano .....	54
1.1.3. A Idade Média como período de transição .....	59
1.1.4. O <i>jus commune</i> , a recepção do direito romano e o direito moderno....	61
1.1.5. Aspectos normativos históricos da disciplina sucessória no Brasil: a modificação de critérios.....	64
1.1.5.1. Do descobrimento à independência.....	64

1.1.5.2. Da independência à primeira codificação: o Código Beviláqua .....	67
1.1.5.3. Do Código Beviláqua ao Código Civil de 2002 .....	69
1.1.5.4. O Código Civil de 2002: breve análise crítica.....	71
2. A Natureza Constitucional do Direito de Herança e o Fenômeno Sucessório ...	77
2.1. A natureza constitucional da propriedade .....	77
2.1.1. A concepção constitucional de propriedade à luz do direito de herança .....	82
2.1.1.1. A disponibilidade como atributo necessário à transmissão da propriedade <i>mortis causa</i> .....	84
2.1.2. O direito de herança como corolário do direito de propriedade e sua natureza constitucional .....	86
2.1.2.1. O direito de herança: compreensão de seu conteúdo .....	87
2.1.3. Sucessão: compreensão do fenômeno sucessório e conceituação....	89
2.1.3.1. O fenômeno sucessório .....	89
2.1.3.2. Sucessão: compreensão de seu conceito jurídico .....	93

## Parte II

### O FENÔMENO SUCESSÓRIO E SEUS ELEMENTOS ESTRUTURANTES

3. Princípios Fundamentais Incidentes sobre os Elementos do Fenômeno Sucessório e seus Efeitos .....	103
3.1. Princípios fundamentais incidentes sobre os elementos do fenômeno sucessório.....	103
3.1.1. A autonomia privada e sua incidência sobre os elementos normativos, subjetivos e objetivos do fenômeno sucessório .....	103
3.1.1.1. Quanto à fonte das regras de sucessão: elementos normativos .....	105
3.1.1.2. Quanto à nomeação de herdeiros ou legatários: elementos subjetivos .....	107
3.1.1.3. Quanto à destinação do patrimônio transmissível: elementos objetivos .....	109

3.1.2. O princípio de saisine (droit de saisine) (art. 1.784 CC02) .....	111
3.1.2.1. Morte: <i>viventes non datur hereditas</i> .....	114
3.1.2.1.1. Comoriência: art. 8º CC02 .....	115
3.1.2.1.2. Prova da morte: certidão de óbito do Cartório de Registro Civil .....	117
3.1.2.1.3. A morte presumida e sua prova .....	118
3.1.2.1.4. Ausência. Sucessão provisória e definitiva .....	119
3.1.3. As regras definidoras da sucessão (art. 1.787 CC02) .....	121
3.1.3.1. Conflito entre a norma jurídica sucessória pública (lei) e a privada (testamento) .....	123
3.1.3.2. A decisão judicial como norma de sucessão .....	125
4. Os Elementos Subjetivos do Fenômeno Sucessório .....	131
4.1. A capacidade e a legitimidade para suceder: precisão de seus conceitos ...	131
4.1.1. Vocação sucessória .....	137
4.1.2. A capacidade sucessória na sucessão <i>ab intestata</i> (legítima) .....	138
4.1.2.1. A capacidade sucessória dos embriões criopreservados .....	142
4.1.3. A capacidade sucessória na sucessão testamentária .....	148
4.1.3.1. A capacidade testamentária ativa .....	148
4.1.3.1.1. O Estatuto da Pessoa com Deficiência e seu reflexo na capacidade testamentária ativa .....	151
4.1.3.2. A capacidade testamentária passiva .....	160
4.1.3.2.1. A previsão do art. 1.799, I, do CC02: legitimidade da cláusula designativa de concepturo como sucessível .....	161
4.1.3.2.2. A capacidade testamentária passiva e as pessoas jurídicas .....	168
4.1.3.2.3. A ilegitimidade testamentária .....	172
4.1.4. Dos excluídos da sucessão .....	176
4.1.4.1. A exclusão por indignidade .....	178
4.1.4.1.1. A natureza jurídica da exclusão por indignidade .....	178

4.1.4.1.2. As hipóteses legalmente previstas no art. 1.814...	183
4.1.4.1.2.1. <i>Numerus clausus</i> ou <i>numerus apertus</i> ? .....	187
4.1.4.1.3. A pessoa jurídica e a exclusão por indignidade ...	193
4.1.4.1.4. Os efeitos da condenação por indignidade e a possibilidade de reabilitação de herdeiro indigno.....	195
4.1.4.2. Exclusão por deserção e a vontade.....	201
4.1.4.2.1. Âmbito subjetivo da deserção.....	203
4.1.4.2.2. Âmbito objetivo da deserção .....	206
4.1.4.2.3. O conteúdo do ato de deserção e sua forma ...	212
4.1.4.2.4. A ação judicial, seus efeitos e os legitimados .....	214
4.1.4.2.5. Os efeitos da deserção.....	217
5. O Domicílio como Critério de Determinação dos Elementos do Fenômeno Sucessório .....	219
5.1. O domicílio como critério de determinação dos elementos normativos do fenômeno sucessório .....	219
5.1.1. O domicílio como critério de determinação dos elementos subjetivos do fenômeno sucessório .....	220
5.1.2. O domicílio e o local de abertura da sucessão e de seu processamento.....	221
6. A Vontade e o Aperfeiçoamento do Fenômeno Sucessório .....	227
6.1. As demais fases da sucessão: delação e aceitação .....	227
6.1.1. A delação .....	227
6.1.2. A aceitação.....	230
6.1.2.1. Formas de aceitação da herança e seus efeitos .....	231
6.1.2.2. Cessão de direitos hereditários .....	233
6.1.2.3. A natureza jurídica da cessão de direitos hereditários e seu objeto .....	235
6.1.2.4. Forma de cessão de direitos hereditários .....	238
6.1.2.5. A cessão e os credores da herança .....	240

6.1.2.6. O direito de preferência dos herdeiros .....	240
6.1.3. Renúncia à herança.....	241
7. Os Elementos Objetivos do Fenômeno Sucessório.....	251
7.1. Os elementos objetivos do fenômeno sucessório .....	251
7.1.1. As relações familiares no contexto dos elementos objetivos da sucessão.....	251
7.1.2. O <i>Droit de saisine</i> e seus efeitos na transmissão do patrimônio hereditário .....	253
7.1.3. Patrimônio.....	255
7.1.3.1. Patrimônio: conceito e características .....	256
7.1.3.2. Patrimônio por afetação.....	268
7.1.3.3. Conceito de patrimônio para fins sucessórios.....	270
7.1.4. Patrimônio transmissível: herança.....	274
7.1.4.1. A sucessão nos bens e relações jurídicas digitais .....	290
7.1.4.2. A sucessão nas atividades do <i>de cuius</i> .....	296
7.1.4.3. Herança: natureza jurídica e características .....	302
7.1.4.4. A responsabilidade pelas obrigações.....	305
7.1.4.4.1. As obrigações e as dívidas: algumas particularidades .....	305
7.1.4.4.2. A responsabilidade <i>intra vires hereditates</i> e seus efeitos.....	310
7.1.4.4.3. A apresentação das dívidas .....	312
7.1.4.4.4. O concurso entre os credores e a separação patrimonial .....	313
7.1.4.4.5. A obrigação de natureza alimentar .....	316
7.1.4.5. A determinação do quinhão.....	325
7.1.4.5.1. O conteúdo do quinhão hereditário .....	329
8. A Legítima e seus Mecanismos de Tutela .....	333
8.1. A legítima e a parte disponível da herança .....	333
8.1.1. Cálculo da legítima: “sobre o valor dos bens existentes” .....	338

8.1.2. A incidência da cláusula de inalienabilidade, incomunicabilidade e impenhorabilidade sobre os bens da legítima .....	340
8.1.3. Mecanismos de tutela da legítima: colação e redução por inoficiosidade .....	345
8.1.3.1. Colação: guardião da legítima.....	345
8.1.3.1.1. Conceito e origem .....	345
8.1.3.1.2. Fundamento e finalidade .....	349
8.1.3.1.3. Objeto .....	351
8.1.3.1.4. Colação e responsabilidade pelos encargos da herança .....	357
8.1.3.1.5. O dever de colacionar e o direito de exigir a conferência: legitimados passivos e ativos.....	357
8.1.3.1.6. A dispensa da colação.....	364
8.1.3.1.7. A efetivação do dever de conferir: a equivalência das legítimas.....	367
8.1.3.1.7.1. A determinação da regra incidente...	368
8.1.3.1.7.2. O acréscimo do valor da doação ou do ato de liberalidade.....	371
8.1.3.1.7.3. Como se processa a conferência ....	373
8.1.3.1.7.4. Colação por substância.....	374
8.1.3.1.7.5. Colação por valor .....	378
8.1.3.1.8. Consequências do descumprimento do dever de colacionar .....	378
8.1.3.2. A redução por inoficiosidade .....	378
8.1.4. Justifica-se a existência da legítima, considerando as estruturas das famílias contemporâneas? .....	383

### Parte III

## A SUCESSÃO LEGÍTIMA E AS ESTRUTURAS FAMILIARES

9. A Sucessão Legítima .....	395
9.1. Conceito .....	395



9.1.1. Fundamento e importância das regras de sucessão legítima .....	396
9.1.2. A incidência das regras da sucessão legítima.....	399
9.1.3. A sucessão legítima e as novas concepções de família .....	401
9.1.4. A ordem de vocação hereditária .....	405
9.1.4.1. O sistema das três linhas ( <i>Dreiliniensystem</i> ).....	407
9.1.4.2. A limitação dos chamados a suceder.....	409
9.1.4.3. A precedência dos descendentes.....	411
9.1.5. As relações de parentesco.....	412
9.1.5.1. A multiparentalidade.....	419
9.1.5.2. O parentesco por linha .....	422
9.1.5.3. O parentesco por graus.....	423
9.1.6. Os herdeiros necessários (art. 1.845).....	425
10. A Sucessão dos Descendentes.....	429
10.1. O tratamento sucessório dos descendentes no CC16.....	429
10.1.1. A sucessão dos descendentes no Código Civil de 2002.....	433
10.1.2. A isonomia como critério fundamental na sucessão dos descendentes.....	433
10.1.3. A filiação .....	435
10.1.3.1. A filiação natural.....	435
10.1.3.1.1. O nascituro .....	440
10.1.3.1.2. A filiação decorrente de reprodução humana assistida (RA).....	442
10.1.3.1.2.1. Breves noções sobre a reprodução humana assistida (RA).....	443
10.1.3.1.2.2. Inseminação ou fertilização <i>in vitro</i> com material homólogo.....	454
10.1.3.1.2.3. Algumas questões relacionadas à fertilização <i>in vitro</i> (FIV).....	454

10.1.3.1.2.4. O destino dos embriões excedentários criopreservados .....	456
10.1.3.1.2.5. A fecundação <i>post mortem</i> com material homólogo.....	458
10.1.3.1.2.6. Os direitos sucessórios no caso de fecundação com material biológico <i>post mortem</i> .....	466
10.1.3.1.2.7. A gestação por substituição ...	473
10.1.3.2. A filiação Civil.....	478
10.1.3.2.1. A filiação adotiva .....	479
10.1.3.2.1.1. A adoção <i>post mortem</i> .....	481
10.1.3.2.2. A filiação decorrente de técnica de reprodução assistida com material heterólogo (art. 1.597, V)...	486
10.1.3.2.3. A filiação socioafetiva .....	491
10.1.3.2.3.1. Posse do estado de filho.....	494
10.1.3.2.3.2. A adoção “à brasileira”.....	503
10.1.3.2.3.3. Os enteados .....	506
10.1.3.2.3.4. Os “filhos de criação” .....	508
10.1.4. Os julgados do STJ: a parentalidade biológica e a socioafetiva ....	511
11. A sucessão do cônjuge.....	523
11.1. A posição do cônjuge na sucessão: breve síntese de sua evolução.....	523
11.1.1. Legitimação sucessória do cônjuge.....	529
11.1.1.1. O art. 1.830 e suas possíveis interpretações.....	530
11.1.1.2. A influência do regime de bens na sucessão do cônjuge .....	537
11.1.1.2.1. A modificação superveniente do regime de bens .....	540
11.1.1.3. A legitimidade sucessória do cônjuge no casamento putativo.....	541
11.1.2. A particular situação do cônjuge na ordem de vocação sucessória.....	543

11.1.3. A concorrência com os descendentes, nos termos do art. 1.829, I, do CC02.....	544
11.1.3.1. A adoção dos regimes da comunhão universal de bens e da separação obrigatória, como causas de exclusão do cônjuge da concorrência com os descendentes .....	547
11.1.3.2. O regime da comunhão parcial de bens e a ausência de bens particulares do de cujus: repercussão na legitimação sucessória do cônjuge .....	550
11.1.3.3. A legitimidade sucessória do cônjuge casado no regime da separação voluntária de bens e a alteração da posição do STJ.....	552
11.1.4. A determinação do montante hereditário e da quota sucessória do cônjuge na sucessão com os descendentes.....	560
11.1.4.1. A determinação do quinhão do cônjuge na concorrência com descendentes comuns.....	567
11.1.4.2. A determinação do quinhão do cônjuge na concorrência com descendentes exclusivos do <i>de cujus</i> .....	570
11.1.4.3. A determinação do quinhão do cônjuge na concorrência com filiação híbrida .....	570
11.1.5. A concorrência sucessória com os ascendentes .....	572
11.1.6. A determinação da quota hereditária do cônjuge no concurso com os ascendentes.....	574
11.1.7. A preferência do cônjuge em relação aos colaterais .....	575
12. A sucessão do convivente .....	577
12.1. A sucessão do convivente e a CF88 .....	577
12.1.1. A posição do convivente na sucessão legítima: breve evolução normativa – da Lei 8.971/94 à decisão do STF em 2017.....	581
12.1.1.1. A disciplina legislativa antes do CC02.....	581
12.1.1.2. A regulamentação normativa do CC02 .....	583
12.1.1.3. A decisão do STF no RE 878.694 e no RE 646.721 .....	592
12.1.1.4. Os efeitos da decisão do STF no RE 878.694 e no RE 646.721 no regime sucessório do convivente .....	593
12.1.1.4.1. A legitimação sucessória do convivente ....	593

12.1.1.4.2. A comprovação da união estável no juízo do inventário .....	596
12.1.1.4.3. A não aplicabilidade do art. 1.830 CC02 aos casos de sucessão do convivente .....	598
12.1.1.4.4. A união estável putativa .....	599
12.1.1.4.5. A ordem de vocação sucessória .....	601
12.1.1.4.6. Pode o convivente ser considerado herdeiro necessário? .....	602
12.1.1.5. A influência do regramento patrimonial da união estável .....	607
12.1.1.6. A determinação do montante a suceder .....	611
12.1.1.7. A fixação do quinhão na concorrência com descendentes .....	611
12.1.1.8. A fixação do quinhão na concorrência com ascendentes .....	612
12.1.2. O convivente e o direito de acrescer (art. 1.810 CC02) .....	612
12.1.3. O direito real de habitação na sucessão do cônjuge e do convivente (arts. 1.414, 1.416 e 1.831 CC02) .....	613
12.1.3.1. O usufruto vidual e a situação do convivente antes da decisão do STF no RE 868.974 .....	616
12.1.4. É possível o concurso sucessório concomitante do cônjuge e do convivente? .....	618
13. Sucessão dos ascendentes .....	621
13.1. Ascendentes .....	621
13.1.1. Os ascendentes como herdeiros necessários e a reserva da legítima .....	627
13.1.2. A legitimidade sucessória e as regras de sucessão dos ascendentes .....	630
14. Sucessão dos Colaterais .....	635
14.1. A sucessão dos colaterais .....	635
14.1.1. A influência da vontade na sucessão dos colaterais .....	637

14.1.2. A delimitação dos parentes sucessíveis na linha colateral (arts. 1.839 e 1.840 CC02) .....	638
14.1.2.1. Os critérios de preferência e de partilha .....	641
14.1.3. Sucessão de irmãos germanos e unilaterais (art. 1.841 CC02): desigualdade no tratamento .....	642
14.1.4. O direito de representação na sucessão dos colaterais .....	646
15. O Direito de Representação .....	649
15.1. Os diferentes modos de suceder .....	649
15.1.1. O direito de representação: conceito, fundamento e pressupostos .....	651
15.1.2. As situações que admitem o direito de representação .....	655
15.1.3. A participação na sucessão com base no direito de representação .....	658
15.1.4. A vontade no direito de sucessão por representação .....	659
Conclusão .....	661
Bibliografia .....	695